

A Internacionalização do Confronto: Dinâmicas de Protestos para Além das Fronteiras

Gabriel Guerra Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo. O presente trabalho tem como objetivo mapear os diversos mecanismos de internacionalização do confronto político e das táticas de protestos, pontuando as diferentes formas de expansão da ação coletiva além das fronteiras nacionais. Atuando nessa dinâmica, temos diversos atores políticos, com destaque para os movimentos sociais e redes de ativismo. Analisando uma literatura de movimentos sociais com foco na “Política de Confronto”, o artigo visa criar uma visão panorâmica para a compreensão de como as dinâmicas políticas transnacionais afetam a ação coletiva de confronto e como atores políticos com organização mais flexível e inclusiva se destacam nesse panorama.

Palavras-chave: protesto; internacionalização; ativismo.

The Internationalization of Contentious: Protest Dynamics Beyond the Borders

Abstract. This study aims to map the various mechanisms of internationalization of political contentious and tactics of protest, pointing out the different ways of expansion of collective action across national borders. Acting in this dynamic, there are different political actors, especially social movements and activist networks. Analyzing a literature of social movements focused on “Politics of Contentious”, the article aims to create an panoramic overview to understand how political dynamics affect transnational collective and contentious action, and as political actors with more flexible and inclusive organization stand out in this scenario.

Key-words: protest; internationalization, activism.

1 Política de Confronto e as Ações de Protesto

A ação de protesto pode ser entendida como uma forma não convencional de participação política (della Porta e Fillieule, 2004). Ações deste tipo estão comumente ligadas a atores tais como movimentos sociais e redes de ativismo político. A ausência de convencionalismo dessa forma de ação política já foi mais fortemente relacionada à violência e à ilegalidade (Rutch, 2007), mas observa-se uma tendência à “normalização” de determinados repertórios de ação dentro das democracias ocidentais. Entretanto, o confronto, o embate entre atores políticos, é às vezes inevitavelmente violento. Como frisa Young (2001), ao pensar o lugar do ativismo nas esferas institucionalizadas, as práticas de conflito, de protesto, os repertórios de ação direta dos movimentos sociais e redes de ativismo político decorrem, muitas vezes, da crença dos militantes e ativistas que as instituições existentes e seus procedimentos somente reforçam o *status quo* de atores dominantes.

Smith (2009) ressalta a importância dos episódios de confronto, tais como a “Batalha de Seattle”, em gerar novas formas de relação entre movimentos e redes de ativismo, além de espalhar novas identidades coletivas e ajudando militantes e ativistas a contextualizarem suas demandas em termos mais amplos, que possam fazer “pontes” com outros movimentos e outras demandas em localidades diferentes (Tarrow, 2005). Mas é necessário conceituar inicialmente os elementos de uma *ação coletiva* própria de movimentos sociais, para, em seguida, destacarmos o que é uma *ação coletiva de confronto*, essa forma de ação que recorrentemente se manifesta como protesto. A noção de *ação coletiva* é buscada na obra de della Porta e Diani (2006) que assim distingue-a:

(...) social movements are a distinct social process, consisting of the mechanisms through which actors engaged in collective action: are involved in conflictual relations with clearly identified opponents, are linked by dense informal networks, share a distinct collective identity. (Della Porta e Diani 2006, p. 20).

A noção enquadra as concepções de *identidade coletiva compartilhada*, também pensada como *solidariedade* (Melucci, 1996), um senso de pertencimento, a capacidade de reconhecerem uns aos outros pertencentes a mesma unidade social; a existência do *conflito*, uma oposição entre dois ou mais atores que buscam controle de recursos sociais valiosos para todos os envolvidos. O último elemento é trazido por Tarrow (2009) e usado por boa parte da literatura da Teoria de Processos Políticos (Della Porta e Diani, 2006; Smith, 2004, 2009), que é a noção de *restrições e oportunidades políticas*, assim definida: “dimensões consistentes – mas não necessariamente formais ou permanentes – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (Tarrow, 2009 p. 105).

O conceito engloba uma ideia macro do contexto político que influencia no sucesso ou fracasso da ação coletiva. Definir o que são oportunidades políticas é uma tarefa árdua, e uma crítica recorrente é que o conceito pode se tornar por demais abrangente (Staggenborg, 2009). Tal visão é criticada pelo risco de assumir que todo e qualquer elemento externo possa influenciar os movimentos sociais levando a uma explicação muito ampla e pouco analítica (Tarrow, 2009). Para evitar esses riscos, McAdam (2007) tratou de levantar três questões relevantes para se pensar *oportunidades e restrições políticas*: diferenciação de oportunidades políticas de outras condições facilitadoras; a definição das dimensões específicas da oportunidade política e; por último, a especificação da variável dependente relevante. Uma diferenciação necessária é entre recursos e oportunidades políticas. A segunda questão trata das dimensões específicas de oportunidade política que podem ser definidas como: (i) sistema político institucionalizado mais ou menos fechado; (ii) a estabilidade ou instabilidade das alianças entre elites que podem ou não garantir a manutenção do sistema; (iii) existência ou não de aliados dos movimentos sociais oriundos da elite; (iv) a capacidade e propensão do uso da repressão pelo aparato estatal. Outra variável analisada a partir do conceito de oportunidades políticas é a forma do movimento ou dos atores que produzem os protestos. Em caso de reformas no sistema político institucional, os movimentos mais institucionalizados terão uma capacidade maior de agir sobre ele, enquanto que em caso de enfraquecimento do sistema, os movimentos que poderão obter mais sucesso e se tornar mais visíveis seriam os menos institucionalizados.

Uma forma de ação coletiva que é levada à arena política em situações de enfraquecimento do sistema – e que parece ser o caso dos recentes episódios nos países em crise econômica na Europa e nos ocorridos na chamada “Primavera Árabe” – é a chamada *ação coletiva de confronto*, assim percebida por Tarrow (2009): “A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades” (Tarrow, 2009, p. 19).

A *ação coletiva de confronto* não decorre de uma ideologia de violência ou extremista dos movimentos sociais. Ela é racionalmente percebida como um dos poucos recursos que esses grupos têm contra opositores mais bem equipados ou mais poderosos nos contextos que os abrangem. Como mostra Pereira (2008), as *ações coletivas de confronto* se diferenciam de outras na sua capacidade de trazer para o centro da arena política atores que não possuem *a priori* acesso a mesma, levando-os a entrar em conflito com os responsáveis pelos processos decisórios. Manifestações, passeatas, boicotes, invasões a prédios públicos e uma série de ações diretas encaixam-se na definição de *ação coletiva de confronto*. Essa noção de engajamento em diferentes níveis do sistema está atrelada ao que os autores caracterizam como *Política de Confronto*, definida assim por McAdam, Tarrow e Tilly (2001): “Episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of a least one of the claimants” (McAdam, Tarrow e Tilly, 2001, p. 5)

Ressaltam-se duas características da *política de confronto*. Primeiro que ela está mais focada com o episódico do que com o contínuo (apesar de que não exclui do seu entendimento, que atores

políticos, como os movimentos sociais, possuem períodos de latência e visibilidade). E segundo que a relação triangular entre atores estatais, atores não estatais e instituições internacionais é protagonista da *política de confronto*, trazendo-os à arena política como mediadores, alvos ou reivindicantes.

2 Internacionalização e as Ações de Confronto

A relação dos atores citados acima se dá, muitas vezes, em uma “arena global”, sendo fundamental compreender suas implicações para entender a dinâmica de internacionalização das ações de protesto. O termo *internacionalização* remete aos autores de *Política de Confronto* (Tilly, 1978, 2007; McAdam, Tarrow e Tilly, 2001; Tarrow, 2005, 2009) e, principalmente, às Teorias dos Processos Políticos (Tarrow, 2005, 2009; Della Porta e Tarrow, 2005; Smith, 2004, 2009; Della Porta e Diani, 2006).

A ideia de *internacionalização* desenvolvida no campo político por Della Porta e Diani (2006), Tarrow (2005, 2009) e Smith (2004, 2009), destaca-se, em especial, por colocar os atores estatais como igualmente protagonistas em um contexto macro político. Essa ideia – a *Internacionalização* – pode ser definida como “a dense, triangular structure of relations among states, nonstate actors, and international institutions, and the opportunities this produces for actors to engage in collective action at different levels of this system” (Tarrow, 2005, p. 25).

A compreensão da ação coletiva em diferentes níveis leva Smith (2004) a formular uma hipótese: se os governos passam parte de sua autoridade às instituições globais isso interrompe os canais tradicionais de *responsiveness* nas democracias representativas. Cria-se um déficit democrático, mas, ao mesmo tempo, criam-se oportunidades para os movimentos sociais e as redes de ativismo pressionarem por determinadas políticas. Esse é, a meu ver, um ponto instigante. Teóricos mais céticos sobre a “globalização” enxergam nessa um mito conveniente a um projeto global neoliberal (Held et al., 1999). Essas novas instituições de controle e supervisão internacionais – exemplificadas nas Nações Unidas (ONU), na Organização Mundial da Saúde ou do Comércio (OMS/OMC), no Fundo Monetário Internacional (FMI) – seriam mecanismos de perpetuação de um imperialismo ocidental. Sendo assim, essas instituições promoveriam de dentro para fora uma “globalização” e não surgiriam como repostas à demandas e processos exógenos. É certo que grandes episódios de protesto e confrontos transnacionais nos últimos anos vieram claramente contestar o modelo de “globalização” neoliberal e seus efeitos perversos, em especial, no âmbito social. Esses movimentos como Fórum Social Mundial e os confrontos como os de Seattle e Genova possuem esse caráter *alterglobalista*, como Santos (2005) destaca, seriam grupos sociais vitimados pelas trocas desiguais. Entretanto, para outros atores políticos, essas agências e instituições transnacionais intergovernamentais (ONU, União Europeia e outras) podem fornecer novas *oportunidades políticas* que não eram disponíveis nas instâncias nacionais ou não encontravam legitimidade (Tarrow, 2005). Os movimentos sociais e também as redes de ativismo não só contestam ou entram em conflito com decisões ou ideologias de atores internacionais, eles também se aproveitam desses processos, contribuindo para legitimar essas instituições no nível internacional.

3 O Confronto Transnacional: A “Política de Confronto” e Seus Múltiplos Mecanismos

Para explicar como a *internacionalização* gera o confronto transnacional, Tarrow (2005, 2009) o subdividiu em seis subprocessos que conectam o local do ativismo com o alcance das questões (*issues*) que o confronto e o ativismo político produzem. Para Tarrow (2005), por mais discrepantes que sejam os episódios, os atores e as questões em foco, é fato que esses trazem uma dimensão transnacional ao confronto político. Essa dimensão se dá, como mostra Tarrow (2005, 2009), em um diálogo entre o “alcance da questão (*issue*)” e “o local do ativismo”:

	Doméstico	<i>Issue</i>	Internacional
Doméstico	Enquadramento global		
<i>Local</i> <i>ativismo</i>	<i>do</i> Internalização	Difusão Mudança de escala	
Internacional			Externalização Formação de coalizões

Fonte: Tarrow (2005, p. 33).

Um ponto fundamental que se destaca desses seis subprocessos decorrentes da *internacionalização* é que a dimensão do confronto transnacional é construída numa relação entre o local, o nacional e o internacional. Tarrow e McAdam (2005), assim como Della Porta e Diani (2006), observam que muitos protestos ao redor do mundo emergem a partir de movimentos e redes de ativismo domésticos atuando nas dinâmicas de confronto transnacional.

Diferente da ideia de sociedade global – defendida por teóricos mais otimistas da “globalização” – o que temos são cidadãos cosmopolitas ligados a redes locais, mas que usam as oportunidades oferecidas no nível internacional (Della Porta e Tarrow, 2005). Isso dá uma dimensão mais ampla ao confronto transnacional, em todos os seus níveis de atuação. Entretanto, como ressalta Castells (2003), mais importante que os movimentos antiglobalização é a “globalização” dos movimentos sociais. Os movimentos sociais mais abrangentes são aqueles enraizados no contexto local e voltados para um impacto global. Os movimentos devem pensar localmente e agir globalmente (Castells, 2003), mas nem sempre se resumem a contestar um determinado projeto político como o “neoliberal”, às vezes se situam em dinâmicas transnacionais, mas com demandas, questões e ações que não focam um modelo hegemônico de “globalização” como descrito por Santos (2005).

E o que são essas dinâmicas que conferem a transnacionalidade ao ativismo político? São esses seis subprocessos que Tarrow (2005) enumera na figura acima: *internalização* e *enquadramento global* (doméstico/doméstico); *mudança de escalas* e *difusão* (ambos/ambos); *externalização* e *formação de coalizões* (internacional/internacional). Compreender esses processos auxilia a retirar um caráter excessivamente homogêneo do ativismo transnacional.

Desses processos surgem as chamadas *estruturas de oportunidades em múltiplos níveis* (Della Porta e Tarrow, 2005; Smith, 2004). São *oportunidades e restrições* – como definidas pela Teoria de Processos Políticos – que emergem da dinâmica de interdependência entre o nível local, nacional e internacional. Como afirmam Smith (2004) e Della Porta e Diani (2006), o surgimento de instituições supranacionais cria novas oportunidades para o ativismo transnacional, bem como a formação de uma agenda política internacional, com um intercâmbio cultural e social entre diferentes sociedades (Castells, 2002). Esse processo é visto em inúmeras performances de protesto realizadas contra políticas de austeridade fiscal de instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional em nível doméstico, muitas vezes endereçadas aos governos locais. Smith (2004) chama atenção para o desafio em dois níveis que os governos locais enfrentam nesse confronto transnacional, tendo que se confrontar com os cidadãos e com as instituições transnacionais.

A *internalização*, para Tarrow (2005), é uma migração de pressões e conflitos internacionais para a política doméstica e a relação triangular que isso cria juntamente com os cidadãos, os governos e as instituições internacionais. A *internalização* possui mecanismos próprios: a *pressão*

externa para adotar as políticas internacionais, que variam desde conselhos, incentivos a ameaças e sanções; a *implementação* dessas políticas pelos governos nacionais; os *protestos* por grupos de cidadãos contrários a essa internalização cujo alvo são os governos nacionais e; a *repressão* pelos governos contra os protestos. Percebemos aqui que o confronto transnacional é extremamente mediado, tendo como elemento transnacional a migração de *pressões externas* para a arena doméstica. Para Tarrow (2005), uma explicação para a ocorrência constante da *internalização* é que as oportunidades políticas – bem como os recursos – se encontram mais disponíveis no nível local, do que nas instituições supranacionais. Outra explicação é fornecida por Smith (2004) quando da ausência de mecanismos de acesso às tomadas de decisão nessas entidades supranacionais, muitas vezes os atores do ativismo político não encontram *oportunidades* políticas naquela arena internacional.

Outro processo é o *enquadramento global*. Esse mecanismo se refere à literatura sobre “enquadramentos” (*framings*). Os *framings* foram introduzidos na literatura da *Política de Confronto* por Snow e Benford (1992), que apesar de dizerem que os *framings* cognitivos estariam presentes em toda experiência social, um tipo específico guiaria a ação coletiva, os *framings* de ação coletiva. Esses seriam construídos pelos atores políticos para atrair apoiadores, sinalizar suas intenções e ganhar atenção da mídia. A noção envolve o conceito de “quadro interpretativo”, retirado de Goffman (1974), que no caso da ação coletiva se traduz em um processo em que atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem as questões sociais (Tarrow, 2009). É o que Snow e Benford (1992) resumem como simplificar e condensar o “mundo lá fora”. Ativistas, militantes e *bystanders* são, portanto, consumidores de material cultural existente e produtores de novos.

Cabe pensar, inicialmente, o conceito de *framing*. De acordo com Della Porta e Diani (2006) – retirando da obra de Snow e Benford (1992) – *framing* é uma estrutura predefinida, padronizada e generalizável que permite guiar uma percepção da realidade, define expectativas do que está acontecendo e o que devemos fazer. O *framing* é uma estrutura que molda um senso de realidade de um grupo ou de um indivíduo.

A análise dos *frames* ou *framings* auxilia, principalmente, em captar o processo de atribuição de significado, no qual repousa a explosão do confronto. De fato, são essas produções simbólicas que permitem determinado grupo ou indivíduo atribuir a eventos ou comportamentos um elemento motivador à mobilização política, pois, como reforça della Porta e Diani (2006) – bem como Melucci (1996) –, os problemas sociais existem apenas porque determinados fenômenos são interpretados como tal pelas pessoas. E esse processo de interpretação de problemas sociais se reparte em três estágios, em três dimensões do *framing*: o diagnóstico, o prognóstico e o motivacional (Snow e Benford, 1992).

O primeiro – a dimensão do diagnóstico – envolve identificar o problema. Essa dimensão é extremamente conflituosa, pois vários atores sociais (partidos, Estado, mídia, entre outros) expressam sua opinião e tentam impor sua interpretação sobre diferentes questões. Isso ocorre de maneira conflitiva, pois a tendência é uma negação recíproca entre todos os atores e suas interpretações, mas uma das maneiras de ser reconhecido como porta voz de alguma questão é justamente estabelecer esse conflito, trazer esse conflito à tona. E o primeiro passo é o “diagnóstico” do problema, seguido da identificação da causa, o que leva – por se tratar de um conflito social – ao estabelecimento de responsáveis por essa situação injusta, ou seja, cria-se um “nós” e um “eles”, elementos da raiz da ação coletiva (Melucci, 1996).

No caso do ativismo transnacional, o diagnóstico de *framings* por grande parte dos movimentos sociais e redes de ativismo procura reduzir uma série de fenômenos sociais em um tema dominante (Della Porta e Diani, 2006). Assim fenômenos diversos são incorporados em um mesmo *framing* interpretativo, que podem se tornar *master framings*, tais como “globalização neoliberal”, “mudança climática”, “dignidade humana” ou a “luta de classes” ou, mais

recentemente, “primavera árabe” ou contra as medidas de austeridade na União Europeia. Inevitavelmente, esse processo é altamente seletivo e algumas questões obscurecem outras.

A segunda dimensão é a prognóstica. Interpretar o mundo vai além da identificação de seus problemas; requer procurar soluções, apresentar alternativas. E as alternativas são elementos inerentes aos movimentos sociais ou, ao menos, deveriam ser. Essas nem sempre se baseiam em metas práticas de dado contexto social, político e cultural. Ao contrário, a ação coletiva pode se dar no inconcebido, no inesperado. Como ressalta Della Porta e Diani (2006), um diagnóstico pode levar a diversos prognósticos. No caso do ativismo político transnacional, isso é uma realidade clara. As “alternativas” propostas pelos movimentos sociais e redes de ativismo são inúmeras e muitas vezes conflituosas entre si. Não existe uma meta última que possa ser facilmente identificada pelos ativistas, os enquadramentos de prognósticos variam desde ações de confronto, negação de práticas institucionalizadas, passando por resistência pacífica e estratégia de mídia até adoção de estilos de vida alternativos (Della Porta e Diani, 2006).

O último elemento é o motivacional. Não basta apontar o problema, nem mesmo apontar uma alternativa, é necessário produzir uma motivação e incentivos necessários à ação, pois, como vimos, essa possui um custo e a participação política requer que se assuma esse custo (Melucci, 1996). Para isso, diz Della Porta e Diani (2006), é necessário conectar a esfera individual com a experiência coletiva; as pessoas precisam perceber a relevância daqueles problemas em sua vida cotidiana.

Percebe-se que *framings* diferem de ideologias (Snow, 2004)¹, mesmo que muito dos primeiros decorram do segundo. Mas *framings* são estruturas mais flexíveis, não requerem um conjunto coerente de princípios integrados e afirmações. Mas essas diferenças não impendem os *framings* de serem capazes de abarcarem interpretações abrangentes da realidade e isso se refere particularmente aos chamados *master framings*. Esses são reflexos do contexto político e histórico que os atores sociais atuam e demonstram, como diz Tilly (2007), que os atores políticos não atuam isoladamente, que a elaboração simbólica do discurso é fruto de determinada visão dominante no período. Isso remete a uma das táticas entre os *protesters*. Muitos deles se apropriam do enquadramento de outro já consolidado para aumentar as chances de sucesso. No cenário atual, a oposição à globalização neoliberal opera como um *master framing* em diversas ações, assim como o desrespeito aos direitos humanos ou a questão da sustentabilidade no meio ambiente.

No caso das dinâmicas de internacionalização do confronto, Tarrow (2005) retira de Snow e Benford (1992) três mecanismos pelos quais os “quadros interpretativos” se tornam o *enquadramento global*: o *frame bridging* (a conexão entre dois ou mais *frames* ideologicamente congruentes, mas estruturalmente desconectados, considerando uma questão em particular); o *frame transformation* (colocar e alimentar novos valores, descartando os antigos e reenquadrando crenças), e o *frame extension* (estender um *frame* para incorporá-lo a metas mais gerais, auxiliando, assim, em contextos nos quais a conexão não pareça tão evidente).

O *frame bridging*, como ressalta Della Porta e Diani (2006), ocorre quando movimentos e redes incorporam interpretações da realidade produzida por outros movimentos ou outros setores da sociedade, dos quais não havia uma conexão prévia. Essa ponte entre interpretações diversas é muito presente no ativismo transnacional (Tarrow, 2005), devido ao próprio caráter do ativismo, fluído, flexível e que tenta versar problemas locais e questões globais. O *frame extension* ocorre também com certa frequência, em especial, no que envolve a conexão com os *master framings*, uma maneira de angariar apoio e espaço na arena de conflito. Já o *frame transformation* é, por definição, mais complicado, e dentro de um ativismo transnacional é difícil caracterizar uma transformação de interpretação.

¹ Para Snow (2004), existe uma percepção em parte da literatura que “ideologia” é um termo que possui uma relativa estabilidade e coesão que, se aplicado aos movimentos sociais e redes de ativismo, nos levaria a uma equivocada noção de que não haveria outras dimensões – entre elas, os *frames* de ação coletiva – que são mais fluídas, flexíveis e até mesmo contraditórias.

O enquadramento, como vimos, está no cerne da ação coletiva. Como ressalta McAdam (2007), antes de se engajarem em uma ação coletiva, os ativistas devem definir situações como injustas ou que necessitem mudanças. Essa ideia de “injustiça” é um quadro interpretativo recorrente para Gamson (1992) e se relaciona muito com o confronto político transnacional, pois reúne descontentamentos sociais e os traduz em reivindicações mais amplas, capazes de atravessar as fronteiras.

Prosseguindo, temos dois processos que são de extrema relevância, pois fazem a conexão entre os dois níveis (local/internacional). Trata-se da *mudança de escalas* e da *difusão*.

A *mudança de escala* (*scale shift*) é, para McAdam, Tarrow e Tilly (2001), uma mudança no número e no nível das ações contenciosas coordenadas, levando a um confronto mais amplo envolvendo uma variedade maior de atores e conectando suas identidades e reclamações. Ela é um elemento fundamental para o confronto transnacional, pois, sem esse mecanismo, todo confronto que surgisse localmente permaneceria nesse mesmo nível.

Esse processo, como explica Tarrow (2005), pode ocorrer tanto de um nível internacional para um nível local, quanto o inverso. É essa última dinâmica (local para internacional) que mais nos interessa. Para Tarrow (2005 e 2009), Della Porta e Diani (2006) e Smith (2004), a *difusão* é um mecanismo que auxilia na *mudança de escala*. Realmente os conceitos parecem se aproximar muito para serem tratados a parte. Portanto, a *difusão* será integrada como uma forma pela qual se dá essa *mudança de escala*. Nunca é muito ressaltar que a mudança para um cenário internacional não encerra o movimento no âmbito doméstico. Um dos pontos-chaves para a compreensão da *mudança de escala* é perceber o papel dos movimentos domésticos nela. É necessário destacar, assim como Tarrow e McAdam (2005), que muito do ativismo transnacional emerge de movimentos locais e nacionais, antes de aparecer nas arenas internacionais. E mesmo com a *mudança de escala*, os movimentos domésticos não são eliminados, pois a principal consequência dessa mudança é transposição de questões, redes e formas de ação coletiva para um nível supranacional.

Existem duas vias pelas quais a *mudança de escala* ocorre: pela *difusão* e pela *intermediação* (*brokerage*). A difusão se divide em duas formas: a não relacional e a relacional. A primeira se refere à transferência de informações – sejam questões, temáticas, repertórios de ação – por meios impessoais aos atores envolvidos, por linhas já estabelecidas de interação (ex: mídia massiva). A segunda – a relacional – é a transferência de informações por meio de linhas já estabelecidas entre os atores envolvidos (ex: redes de movimentos). E a intermediação (*brokerage*) é a transferência de informação que depende da conexão de dois ou mais locais sociais anteriormente sem conexão. Isso se dá pela atuação de outros atores que intermediam a passagem das questões, das temáticas e dos repertórios de ação a um público mais amplo. Como descrevem Tarrow e McAdam (2005):

But brokers – especially information brokers – do not simply transmit information in some objective form. They select from among a wide array of information according to particular news values and ideological frames, crystallizing and condensing these images into major themes, and, at times, relaying images that can be so partial as to be downright deceptive (Tarrow e McAdam, 2005, p. 142).

Apesar de que a forma mais comum seja a difusão não relacional, o interesse se dá pelas duas outras formas, pois envolvem participação e ativismo político, ação coletiva, valores e ideologias. Consideramos que os mecanismos acima descritos podem ocorrer de forma simultânea, o que nos impede de claramente dizer qual o mecanismo exato pelo qual se deu a *mudança de escala*.

Um exemplo interessante de intermediação (*brokerage*) e da *difusão relacional* observado na literatura (Castells, 2002, 2003; Norris, 2002; Tarrow, 2005) é o caso dos Zapatistas no México. De um movimento insurgente em uma das províncias mais pobres do México, os Zapatistas – com o forte apoio da internet – se tornaram um caso de mudança de escala transnacional, pois angariaram apoio e solidariedade além das fronteiras do México. Esse sucesso se deveu, principalmente, a quatro fatores: a apropriação de uma tecnologia de informação e comunicação (a internet, no caso)

para fornecer informações sobre o movimento; a atuação de *gatekeepers* para repassar essas informações a um conjunto maior de pessoas; as informações circularam além das fronteiras e; por último, atores periféricos – que, por vezes, nem contato direto com o movimento possuíam – se uniam em solidariedade para divulgar.

Com o resultado desses fatores houve: uma reorientação de certos grupos com base na leitura que faziam dos fatos ocorridos no México; a formação de novos grupos de atuação transnacional e a própria transformação das metas e objetivos do movimento zapatista (Castells, 2002).

Essa transposição tem como estopim, basicamente, dois momentos: (i) a atribuição de similaridade, ou seja, uma identificação suficiente entre um grupo inicial e outro grupo que adotam ou; (ii) uma emulação, que é um engajamento em ações similares, que também pode ser uma ação coordenada entre os dois locais. Desenvolvendo melhor os mecanismos, Tarrow e McAdam (2005) dizem que a informação, por si só, não levará ninguém a adotar uma ideia. A adoção depende, pelo menos, de uma mínima identificação entre o movimento “inovador” e o movimento “adotante”. Essa identificação se dá, frequentemente, pelo enquadramento de reivindicações e identidades de forma similar. Grupos emergentes tendem a deliberadamente criar paralelos com outros mais consolidados para aumentar seu apelo. Esses atores ainda sem evidência esperam que outros “abracem” a causa. Outro ponto que merece ser destacado é a equivalência estrutural/institucional. Esse mecanismo – de clara referência à teoria dos processos políticos – destaca a tendência que atores que compartilham de situações institucionais semelhantes em seus países teriam de se unir. A chamada *equivalência estrutural* se dá, por exemplo, em episódios de protesto que surgem de reações similares a ameaças externas. Atores internacionais costumam impor políticas uniformes a um conjunto de países que pode ocasionar mobilizações semelhantes, como no caso das greves ocorridas em países europeus pela imposição de medidas de austeridade pela União Europeia. Desta maneira, forma-se um enquadramento global da questão aliada a um alvo comum. Tarrow (2005) deduz que parte da explicação para o crescimento de protestos “globais” e de grupos transnacionais de múltiplas questões se deve à disponibilidade de alvos comuns. Para Tilly (2007), comparando com outros fenômenos políticos, as performances e as manifestações são mais fáceis de transferirem-se para além de lugares, regimes e questões.

Os dois últimos mecanismos de *internacionalização* se dariam na relação internacional/internacional e alcançariam uma escala quase “global” de ação. Para Della Porta e Tarrow (2005), a *externalização* se dá pela busca de recursos externos para ajudar movimentos sociais mais fracos ou, quando oportunidades políticas surgem em espaços transnacionais e são usadas para pressionar em questões domésticas. Exemplificando, podemos citar o uso da ONU, Cortes de direito internacional e comitês de política para legitimar e vocalizar demandas não sustentáveis dentro do âmbito nacional. Aqui também se pensa em um modelo “bumerangue” (Keck e Sikkink, 1998), no qual atores domésticos, ao terem bloqueados seus meios de expressar domesticamente suas questões, recorrem a relações além das fronteiras para exercer a pressão necessária no governo local. Poderia ser uma forma de *intermediação*, mas ela é realizada em um processo mais robusto que envolve atores domésticos de localidades diferentes, diferentes governos e, pelo menos, uma instituição supranacional ou internacional.

Autores como Keck e Sikkink (1998) e Tarrow (2005) especificam a *externalização* em três diferentes formas: a “política de informação” que recai sobre aliados externos que difundem informações sobre abusos e restrições a governos e à opinião pública em geral, na expectativa de gerar pressão externa nos governos locais; a segunda forma é o “acesso às instituições externas” em contextos nos quais instituições supranacionais possuem poder para corrigir abusos, aplicar sanções ou interpelar governos nacionais tornando-se um canal para reivindicar; por último, o uso da “ação direta” no âmbito doméstico contra alvos internacionais e, muitas vezes, com recursos de aliados transnacionais e com expectativa de que os protestos atraíam atenção de instituições e governos para além das fronteiras.

O último mecanismo do processo de *internacionalização* é a *formação de coalizões*. Tarrow (2005, p. 164) define coalizões como “collaborative, means-oriented arrangements that permit distinct organizational entities to pool resources in order to effect change”. O que leva diversos atores de ativismo transnacional a combinarem esforços em uma coalizão varia. Pode ser uma combinação de *oportunidades e restrições políticas* e o desejo de tirar vantagem dessas, pode ser a necessidade de se aliarem contra ameaças comuns e a necessidade de promover solidariedade entre membros de categorias próximas.

As *coalizões transnacionais* são provavelmente o mecanismo mais custoso para se internacionalizar um confronto ou um protesto. Elas estão sujeitas aos custos altos de solidariedade e cooperação, sujeitas à concorrência entre membros dos atores envolvidos pelas decisões e sujeitas à mudança de circunstâncias que esvaziam o motivo inicial da colaboração (Tarrow, 2005).

São questões que mostram como o fenômeno requer uma conjuntura de fatores difíceis para sua realização. Apesar de tudo, em circunstâncias particulares e com tipos específicos de objetivos, as *coalizões transnacionais* podem tomar forma e podem envolver, como afirma Tarrow (2005), diferentes níveis de envolvimento e diferentes períodos de duração, decorrendo dessa dicotomia quatro formas de coalizões: as “instrumentais” (de baixo envolvimento e período curto), as de “eventos” (alto envolvimento e período curto), as “federações” (baixo envolvimento e período longo) e as de “campanhas” (alto envolvimento e período longo).

São fenômenos complicados de ocorrer, em especial, os de alto envolvimento, mas já ocorreram. A “Batalha de Seattle” como mostra a literatura (Bennett, 2005; Tarrow, 2005; Smith, 2009) se tornou quase um episódio paradigmático no que se refere a *coalizões transnacionais* de eventos. Os protestos realizados em 1999, formados por ativistas dos EUA e do Canadá, demonstraram que, mesmo em períodos curtos, ativistas com alto grau de envolvimento podem realizar episódios de confronto e criarem daí novas oportunidades ou inspirarem novos protestos.

4 Uma Tipologia do Confronto Transnacional: Atores Envolvidos na Dinâmica de Internacionalização

Perseguindo o esforço de mapear um campo analítico para situar as ações coletivas dentro de uma dinâmica de internacionalização do confronto político, recorreremos aos trabalhos de Smith (2004, 2009), Tarrow (2005, 2009) e Tilly (2007) para discutir o ativismo transnacional, a começar pelas estruturas de mobilização transnacionais. Smith (2009) – assim como Della Porta e Diani (2006) – no que diz respeito à forma organizacional com que se conectam os movimentos e redes de ativismo transnacionais ao modelo de organização burocrática, não é mais a regra ela ser estruturada formalmente e de forma profissionalizada, ou seja, com ela já coexistem concepções de estruturas mais “frouxamente” conectadas, mais informais e descentralizadas. Por isso, Smith (2009) cria uma tabela que analisa as entidades de mobilização transnacional por duas dicotomias: *formais* e *informais*; *movimentos* e *não movimentos*:

	Não movimentos	Movimentos
Informais	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de amizade - Redes profissionais - Indivíduos em burocracias intergovernamentais ou delegações internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de ativismo - Grupos de afinidade - Redes de refugiados
Formais	<ul style="list-style-type: none"> - Igrejas - Sindicatos - Associações profissionais - Burocracias estatais e intergovernamentais - Delegações nacionais - Fundações 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações de movimentos sociais transnacionais - Movimentos sociais transnacionais - Sindicatos² - Organizações de movimentos sociais (nacionais e locais) - Coalizões transnacionais de ONGs

Fonte: Smith (2009, p. 237).

Neste momento, serão enfocadas as dimensões *informal-movimento* e a *formal-movimento*, destacando, respectivamente, as redes de ativismo, as organizações de movimentos sociais transnacionais e os movimentos sociais transnacionais, apesar de que outras formas de organização serão também analisadas. A primeira – dimensão *informal-movimento* – se refere às estruturas mais dinâmicas que, para Smith (2009), assim como para Della Porta e Tarrow (2005), podem ser consideradas as mais importantes na contemporaneidade. A fluidez da informação e da comunicação que caracteriza essas estruturas – em especial, as *redes de ativismo transnacionais* – é de vital importância à mobilização transnacional.

Na segunda dimensão, as estruturas formais incluem-se movimentos sociais transnacionais e movimentos sociais locais e nacionais – os chamados movimentos domésticos.

As causas do ativismo político em dinâmicas transnacionais se alongam pela história. O caráter transnacional de uma ação coletiva não é historicamente inédito. Della Porta e Tarrow (2005) e Tilly (2007) discorrem sobre esse caráter histórico, por exemplo, a difusão de um conflito ocorre desde o movimento antiescravagista do século XIX, passando pelas reflexões geradas pelo movimento de direitos civis norte americano, pelo Maio de 68 na França até, porque não dizermos, pela Primavera Árabe que varreu vários países no oriente médio recentemente.

A respeito do trabalho de Norris (2002) sobre o ativismo político, podemos dividi-lo em três fatores: as *agências*, organizações coletivas estruturadas para o ativismo político; os *repertórios*, as ações comumente usadas para a expressão política e; os *alvos*, os atores políticos que os participantes procuram influenciar, confrontar e obter reconhecimento. Cabe aqui uma importante ressalva sobre a dificuldade de se conceituar um termo tão abrangente como ativismo político, que encontra sua definição pulverizada em ações que se definem como políticas, em atores que se definem como políticos e em símbolos que se definem como de ativismo político. O ativismo político será pensado dentro desses três fatores, visando compreender os movimentos sociais e redes

² Podem se situar em ambos, mas raramente essas estruturas desafiam as estruturas de poder. Na maior parte das sociedades ocidentais, os sindicatos não possuem estratégias e nem metas sociais abrangentes ou elementos de *conflito*.

de ativismo transnacionais, pensando as formas de ação que esses desenvolvem e os alvos que esses querem atingir.

Um padrão de ativismo político transnacional decorre de uma ampliação e modificação desses três fatores. Pensando no contexto político das dinâmicas de confronto, se anteriormente as *agências* se constituíam de movimentos sociais institucionalizados, com demandas locais ou, no máximo, nacionais e uma rígida hierarquia organizacional, atualmente vê-se o surgimento de organizações coletivas de caráter transnacional, que recorrem à *política de confronto*, com uma visão contra-institucional e com uma hierarquia organizacional “frouxa”. Em se tratando de *repertórios* de ação, as táticas de protesto correm o mundo, conjuntamente com os *framings*, que fornecem uma série de novas possibilidades e demandas. Por último, as dinâmicas de *internacionalização* incluem novos alvos: atores políticos internacionais, como blocos econômicos multinacionais e instituições estrangeiras, e também os tradicionais: os governos locais e nacionais.

Já com relação às dimensões *formais* e *informais*, temos como principais estruturas de mobilização transnacional, respectivamente, os *movimentos sociais transnacionais*, as *organizações de movimentos sociais transnacionais*, os *movimentos sociais locais/nacionais* e as *redes de ativismo transnacional*. Cabe detalhar as características e os papéis que cada um pode desempenhar dentro do ativismo político transnacional.

As chamadas *OMST* (em inglês *TSMOs*) – as *organizações de movimentos sociais transnacionais* – derivam do que McCarthy e Zald (1994) chamam de *indústria dos movimentos sociais*, que seria uma reunião de várias dessas organizações na disputa por recursos cruciais concentrados em áreas centrais aos movimentos. Fruto da teoria da mobilização de recursos, o objetivo básico da mesma é entender como grupos são capazes de superar padrões existentes de distribuição desigual de recursos nas suas tentativas de atingir suas metas de mudança social (Edwards e McCarthy, 2004). Esse é um dilema da ação coletiva que sobrevive na contemporaneidade, fazendo com que *movimentos sociais transnacionais* tenham de organizar estruturas para aumentar o fluxo esparsos de recursos.

As *OMST* – enquanto entidades que mobilizam o confronto transnacional – costumam facilitar os episódios de protesto especificando e publicizando os dados e a localização da ação, tratando os trâmites burocráticos pelo uso do espaço público e construindo alianças com outros movimentos sociais e redes de ativismo para gerar um grande público nas manifestações. No caso do ativismo transnacional contemporâneo, a tendência é articular uma diversa gama de atores, envolvendo múltiplas constelações de estruturas mobilizadoras, conforme afirma Smith (2009).

Pensado o conceito de *OMST*, definiremos o que seriam os *movimentos sociais transnacionais*. Já temos a definição básica dos elementos analíticos dos movimentos sociais por Della Porta e Diani (2006): o *conflito*, a *solidariedade*, a identidade coletiva compartilhada e o uso das *oportunidades e restrições políticas*. Mas os tipos transnacionais possuem uma definição conceitual própria, como a de Tarrow (2009): “considero os movimentos sociais transnacionais como interações contenciosas sustentadas com opositores – nacionais ou não nacionais – através de redes de desafiantes organizados e que ultrapassam fronteiras nacionais” (Tarrow, 2009, p. 231).

A definição pressupõe claramente a ideia de *políticas de confronto*. Os *movimentos sociais transnacionais* seriam movimentos sociais que atuam nos conjuntos de processos da *internacionalização*. Organizam-se para isso e suas interações contenciosas ultrapassam as fronteiras nacionais. Eles superam os *movimentos locais/nacionais* no alcance e na estrutura que mobilizam para o ativismo transnacional.

Um grupo de atores que se insere no contexto de ativismo político transnacional, em especial, nas redes de ativismo transnacionais (Keck e Sikkink, 2000), são as *organizações não governamentais* (ONGs). Colocar tais atores dentro de um quadro de ativismo político transnacional requer uma série de considerações. Mesmo tendo as ONGs, em especial na década de 90, impulsionado a transformação de vínculos informais de ativismo político em redes ou articulações mais estruturadas (Alvarez, 2000), algumas características nas suas formas de atuação e organização

as diferem dos movimentos sociais. Geralmente, possuem equipes de profissionais especializados, recebem auxílio financeiro de agências e fundações e traçam um planejamento estratégico que visa influenciar as políticas públicas (Alvarez, 2000). Essa relação próxima com instituições e políticas públicas levou alguns autores (Keck e Sikkink, 2000) a pensarem as ONGs mais como agentes executores do que como atores, por vezes substituindo o Estado em alguns serviços públicos. Visto a sua “dependência” de governos, de fundações privadas e outras práticas – por vezes, não conciliáveis com as de outros atores de ativismo político – que lhe tiram um pouco o caráter contencioso de um movimento social, alguns teóricos (Della Porta e Diani, 2006) optam por não se aprofundarem nas dinâmicas de atuação de ONGs, ainda mais no contexto de *Políticas de Confronto*.

Por último, temos as *redes de ativismo transnacionais*. Existe uma tensão entre autores sobre o papel das redes, a sua importância e a sua própria natureza no ativismo político. Algumas características dos movimentos sociais – que são também das redes – são fluidas, adaptáveis e descentralizadas, enquanto organizações formais precisam de estrutura, estabilidade, previsibilidade e algum grau de hierarquia. Para Pereira (2008), essas seriam uma alternativa para as mobilizações em massa, estruturando-se para uma troca informacional com outros atores. As *redes* são o setor da *Política de Confronto* que mais se destaca (Tarrow 2009; Smith 2009; Della Porta e Diani, 2006).

Entretanto, Tarrow (2009) põe uma dúvida, não o valor das *redes* para o ativismo transnacional, mas o grau de contenciosidade que as mesmas não teriam para ensejarem alguma forma de *ação coletiva de confronto*. Inicialmente, tomemos a definição de Tarrow para redes transnacionais de ativismo retirada dos estudos de Keck e Sikkink (1998): “uma rede transnacional de ativismo inclui aqueles atores relevantes que trabalham internacionalmente por uma questão, que estão cada vez mais ligados por valores compartilhados, por um discurso comum e por densas trocas de informações e serviços” (Tarrow, 2009, p. 236).

Essas redes estariam mais presentes em áreas como meio ambiente, feminismo e direitos humanos, temas mais recorrentes dos movimentos sociais transnacionais. É o caso, por exemplo, da Marcha Mundial das Mulheres, uma rede interorganizacional construída por vários movimentos e outros atores (Scherer-Warren, 2006).

Tarrow (2009) afirma que a diferença entre movimentos sociais e redes de ativismo estaria na ideia de rede. Redes, no caso dos movimentos, seriam as “redes sociais” – aqui entendidas como unidades básicas de formação dos movimentos sociais – ou seja, as bases para a formação do confronto político. Já as redes de ativismo são estruturas conectivas entre atores que ultrapassam as fronteiras nacionais. Para o autor, as redes de ativismo seriam basicamente comunicativas em conteúdo; podemos distingui-las pela centralidade das ideias ou princípios de valores como elemento de motivação a sua formação: no centro do relacionamento entre os membros está a troca de informações.

Tarrow (2005, 2009) coloca as redes de ativismo como meios de comunicação. Faltariam a elas as bases categoriais de um movimento social, as relações interpessoais sustentadas e a exposição às oportunidades e restrições que costumam se encontrar nas redes sociais domésticas. Prossegue Tarrow, dizendo que às redes de ativismo transnacional faltam, recorrentemente, o drama, a contenciosidade deliberada e os objetivos amplos de movimentos transnacionais como o Greenpeace. Apesar disso, as redes têm se tornado poderosas fontes de mudança e de ação coletiva. Isso se deve a três razões: a primeira, muitas redes são, biográfica e tematicamente, devedoras dos movimentos sociais. Elas se apropriam de questões, de repertórios e de identidades que por algum motivo não foram levadas a frente pelos movimentos sociais; segundo, dentre esses motivos estão condições semidemocráticas ou semiautoritárias, ou seja, as redes fornecem uma alternativa melhor e mais segura em relação aos movimentos sociais; por último, as redes podem oferecer um mecanismo para a difusão de quadros interpretativos de ação coletiva para atores domésticos com poucos recursos, o que pode levá-los a construir suas redes e seus próprios movimentos.

Resumindo as considerações de Tarrow (2005 e 2009), podemos dizer que as redes de ativismo podem surgir de movimentos sociais que por algum motivo – como as *oportunidades e restrições políticas* citadas por ele – não puderam atuar e, ao mesmo tempo, algumas redes podem servir para dar recursos a atores sociais para que construam seus movimentos.

O que não é ressaltado por Tarrow, mas igualmente relevante, é pensar que as redes de ativismo estejam crescendo não apenas pela sua relação simbiótica com os movimentos sociais, nem apenas pelas restrições políticas enfrentadas pelos atores. As redes de ativismo também afetam estruturas, recursos e repertórios quando as vemos pelo prisma das tecnologias de informação e comunicação – por exemplo, a internet. Como descreveram Della Porta e Diani (2005), o declínio das organizações rígidas e hierarquizadas trouxe à tona um ativismo político mais flexível com estruturas mais “frouxas” que enfrenta dois problemas: o declínio de certos grupos, em virtude de uma heterogeneidade social e um individualismo exacerbado, e uma menor propensão à ação coletiva. Nessa “reorganização” do ativismo político, as redes têm tomado à frente, propiciando recursos mais acessíveis e menos custosos aos atores.

Outro problema apresentado é a crescente institucionalização dos movimentos sociais. Touraine (2007), ao analisar os movimentos feministas, mostra que, a partir da década de 1980, eles passaram a ter uma atuação mais próxima das instituições e das políticas públicas, adotando práticas mais brandas. O aumento de governos de esquerda no mundo tem levado os movimentos a levarem a contenciosidade para dentro dos mecanismos de participação oferecidos. Essa ausência de dramaticidade que, para Tarrow (2009), exclui as redes de ativismo de serem movimentos sociais, possui parte da origem na participação institucional que, na visão de Tarrow (2009), é uma faca de dois gumes. Movimentos muito alienados das instituições correm riscos de isolamento e sectarismo; entretanto, aqueles que colaboram demais e absorvem a rotina institucional podem se tornar imbuídos de sua lógica e de seus valores. O perigo não é só essa relação dependente com as instituições, representativas ou não, no âmbito nacional e transnacional; também observamos que muitas redes de ativismo, que frequentemente são chamadas de movimentos, recebem ajuda financeira de fundações, instituições e atores internacionais, levando-as a estabelecerem uma relação mais próxima com os alvos do que com os militantes.

Tarrow (2009), ao relembrar os repertórios de confronto político, mostra que a violência era o traço mais visível da ação coletiva. Ela noticia o movimento e preocupa aqueles cuja função é manter a ordem. Ela também cria uma solidariedade e uma identidade de grupo, mas percebe-se nitidamente uma diminuição dos protestos violentos nas democracias ocidentais. Mesmo as mais recentes ações coletivas e reivindicações sociais mostraram táticas e valores menos contenciosos – muito se especula senão seriam respostas à crise do sistema, do que um embate por recursos – com a dominação social de que fala Touraine (1999), talvez com projetos menos rígidos do ponto de vista ideológicos ou que usem a ação direta de forma a também atrair uma visão democrática. Apenas para exemplificar o movimento Wall Street, que foi às ruas de em Nova Iorque, o fez sob a bandeira do “Ocupe”. Ocupar dá noção de que o espaço ali presente pertence àqueles indivíduos o que pode levar a confrontos e violências sim, mas que demonstra – mesmo que em um julgamento semântico – um valor menos violento do que uma bandeira como “Invada” ou “Liberte” Wall Street.

Retomando o ponto de Tarrow (2009, p. 130) o que se quer frisar é “que quanto mais próximo o acesso dos cidadãos à participação legítima, mais sensíveis eles se tornam às formas simbólicas”, ou seja, a ampliação dos canais de participação e o acesso a esses pelos cidadãos faz com que as formas simbólicas e mais violentas de ação coletiva se tornem indesejadas. O oposto ocorre quando os canais se fecham e as relações entre representantes e representados entram em crise. Novamente, a excessiva institucionalização pode levar a já referida cooptação, mas também deslegitimar o conflito, a dramaticidade acentuada dos movimentos sociais na concepção que muitos teóricos têm. E as redes de ativismo – em especial, as transnacionais e que utilizam das novas tecnologias de informação e comunicação – podem ser pensadas assim. Essas novas formas de ação coletiva

podem não só refletir uma acomodação ou um individualismo, como podem também refletir um espírito ou um valor democrático no imaginário da sociedade.

Voltando às redes de ativismo transnacional vale destacar a sua relação com os movimentos domésticos, ora sendo fonte para eles, ora sendo abastecidas por esses atores sociais. As redes de ativismo transnacional costumam recrutar apoiadores cuja experiência doméstica em movimentos sociais lhes dá a habilidade e recursos para o ativismo. Essa dinâmica envolve, muitas vezes, um afastamento das bases populares, um risco de moderação na ação, um uso estratégico do confronto. Para Keck e Sikkink (1998), as redes de ativismo transnacionais têm sido mais visíveis em situações onde o acesso doméstico para fazer reivindicações está bloqueado ou onde são politicamente muito fracos para serem ouvidos, o que lhes dão um protagonismo no ativismo transnacional. Sendo assim, o *locus* da reivindicação seria externalizado, sendo mais seguro e, por vezes, mais legítimo. Exemplo disso, a chamada “Primavera Árabe”, tomou as ruas de diversos países no oriente médio, tendo entrado em um conflito doméstico com as forças de repressão, mas contou com redes de ativismo transnacional para veicular os abusos e a violência sofrida por seus membros, já que as restrições enfrentadas para comunicarem-se eram imensas.

Invertendo a dinâmica, muitas redes de ativismo surgem como fontes de movimentos sociais domésticos. Tarrow (2009) mostra que uma implicação desse ativismo transnacional é a socialização de novos movimentos no interior dos estados nacionais. As redes de ativismo se assemelham aos movimentos sociais em sua tentativa de introduzir novas questões na agenda e torná-las consoantes aos entendimentos culturais nativos. Sai daí um dilema: buscar denominadores comuns transnacionais que estejam em sintonia com as culturas e tradições locais, ao mesmo tempo sem gerar divergências ideológicas dentro da mesma rede de ativismo transnacional. Como percebido, as redes de ativismo enfrentam essa questão de forma mais flexível que os movimentos sociais. Elas utilizam sua mobilidade geográfica e modelos organizacionais frouxos sendo que o acesso à comunicação as capacita a mover suas campanhas e recursos para locais onde tenham mais chances de sucesso. Podem recorrer também a elementos comuns de enquadramento cultural que a globalização e a revolução nas comunicações levaram a muitas partes do mundo.

A separação entre redes de ativismo e movimentos sociais é relevante na literatura. Entretanto, os critérios analíticos que buscam diferenciar um e outro podem atrapalhar a análise da ação coletiva de confronto dentro das dinâmicas de *internacionalização*. Movimentos ou redes: para muitos participantes, a diferença não é visível ou tem se tornado irrelevante frente ao modelo de ativismo político que estamos observando. Outro ponto a se ressaltar é que as características mais tradicionais dos movimentos sociais – como a dramaticidade, a ideologia rígida e a estrutura hierarquizada – podem estar dando lugar a outras, sem que isso retire deles o papel de antagonistas a uma dominação social, sem que tirem o desafio e o aproveitamento das oportunidades políticas.

5 Conclusões

As *ações coletivas de confronto* entram no cenário político internacional, em parte devido às dinâmicas de *internacionalização*. O *enquadramento global*, a *internacionalização*, a *mudança de escala*, assim como todas as formas de dinâmica que ligam o cenário local/nacional/internacional reforçam a relação entre os diversos atores envolvidos – atores estatais, não estatais e instituições internacionais – os quais interagem em episódios de confronto, trazendo reivindicações, demandas e questões antagônicas ou compartilhadas. Em cenários de poucas respostas democráticas nas práticas institucionalizadas, a tendência a ações simbólicas pode dar lugar às ações violentas e diretas por parte de atores políticos, como os movimentos sociais e as redes de ativismo, podendo ocorrer tal fenômeno em escalas transnacionais.

O esforço traduzido nesse artigo trouxe um campo de análise que demonstra que os episódios de protesto ajudam diversos atores a contextualizarem suas demandas e a formarem identidades coletivas em perspectiva comparada, respeitando os fatores externos – as *oportunidades e restrições*

políticas – que levam ao sucesso ou fracasso das *ações coletivas de confronto*. As formas dessas oportunidades e/ou restrições podem ser buscadas na análise das questões estruturais do contexto político, mas também – em um quadro de dinâmica transnacional – da relação entre os diversos atores envolvidos no confronto, que podem estar a milhares de quilômetros do evento de protesto. Os múltiplos níveis de atuação dificultam a resolução do conflito pelas práticas institucionalizadas, devido à falta ou à presença de representatividade em espaços fora das fronteiras nacionais, o que influencia a percepção de ação dos grupos políticos. Nesse quadro, a atuação de atores políticos com organização mais fluída, flexível e inclusiva ganha destaque e produz uma forma de ação mais incisiva.

Referências

- ALVAREZ, Sonia E. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BENNETT, W. Lance. Social movements beyond borders: understanding two eras of transnational activism. In: PORTA, Donatella Della; TARROW, Sidney. *Transnational protest & global activism*. New York: Rowman & Littlefield, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. Second Edition. Oxford: Blackwell Publishing 2006.
- DELLA PORTA, Donatella; FILLIEULE, Olivier. Policing social protest. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements*. New York: Blackwell Publishing, 2004.
- DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney. Transnational processes and social activism: an introduction. In: PORTA, Donatella Della; TARROW, Sidney. *Transnational protest & global activism*. New York: Rowman & Littlefield, 2005.
- EDWARDS, Bob; McCARTHY, John D. Resources and social movements mobilization. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements*. New York: Blackwell Publishing, 2004.
- GAMSON, William. *Talking politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- GOFFMAN, Erving. *Frame analysis*. New York: Harper Colophon Books, 1974.
- HELD, David; MCGREW, Anthony; GOLDBATT, David; PERRATON, Jonathan. *Global transformation: politics, economics and culture*. New York: Stanford University Press, 1999.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activistas sin fronteras: redes de defensa en política internacional*. México: Siglo XXI Editores, 2000.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of contentious*. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MELUCCI, Alberto. *Challenging codes*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- NORRIS, Pippa. *Democratic phoenix: reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- PEREIRA, Marcus Abílio G. *Cyberativismo e democracia: movimentos sociais e novos repertórios de acção*. Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, 2008.
- RUTCH, Dieter. The spread of politics protest. In: DALTON, Russell J.; Klingemann, Hans-Dieter. *The oxford handbook of political behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n.1, jan/abr. 2006, p. 109-130.
- SMITH, Jackie. The transnational network for democratic globalization. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James M. *The social movements reader: cases and concepts*. New York: Wiley-Blackwell Publishers, 2009.
- _____. Transnational processes and movements. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements*. New York: Blackwell Publishing, 2004.
- SNOW, David. Framing processes, ideology, and discursive fields. In: SNOW, D.A.; SOULE, Sarah; Kriesi, H. *The blackwell companion to social movements*. New York: Blackwell Publishing, 2004.
- SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A.; MUELLER, M. *Frontiers in social movement theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.
- STAGGENBORG, Suzanne. *Social movements*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- TARROW, Sidney. *O Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.
- _____. *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TARROW, Sidney; McADAM, Doug. Scale shift in transnational content. In: PORTA, Donatella Della; TARROW, Sidney. *Transnational protest & global activism*. New York: Rowman & Littlefield, 2005.
- TILLY, Charles. *Identities, boundaries and social ties*. London: Paradigm Publishers, 2007.
- _____. *From mobilization to revolution*. New York: McGraw-Hill Publishing Company, 1978.
- TOURAINÉ, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, Editora Vozes, 2007.
- _____. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- YOUNG, Iris Marion. *Activist challenges to deliberative democracy*. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

Artigo recebido em: Outubro/2012.

Artigo aprovado em: Maio/2013.

Gabriel Guerra Duarte (gabriel.guerra.duarte@gmail.com.br) é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Grupo “Democracia Digital” do Departamento de Ciência Política nessa mesma Universidade.